



Poder Judiciário  
Conselho Nacional de Justiça

### LISTA

| <b>LISTA DE VERIFICAÇÃO - CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO II, DA LEI N. 14.133/2021<br/>(COM E SEM AVISO DE DISPENSA)<br/>(FORMALIDADES PRELIMINARES)</b> |  |                   |  |
|--|--|-------------------|--|
| Item   | Questionário   | SIM<br>NÃO<br>N/A | Arquivo SEI  |
| 1  | Houve abertura de processo administrativo?   | Sim               | 03742/2025   |
| 2  | Consta dos autos o documento de formalização da demanda ou a certificação de que o objeto está contemplado no Plano de Contratações Anual?<br><i>Art. 12, VII e §1º, art. 18 e art. 72, I, da Lei n. 14.133/21.</i>  | Sim               | DOD (2136129)  |
| 3  | Há Estudo Técnico Preliminar ou a justificativa para a sua ausência?<br><i>Art. 18, §3º, e art. 72, I, da Lei n. 14.133/21.</i>  | Sim               | ETP v.4 (2205849)  |
| 4  | O Estudo Técnico Preliminar adotou o modelo disponível no link <a href="#">Modelo de documentos para novas aquisições</a> ou houve justificativa para sua não utilização?<br><i>Art. 19, IV e § 2º, da Lei n. 14.133/21.</i>   | Sim               | ETP v.4 (2205849)  |
| 5  | O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa das quantidades, a estimativa do valor, a manifestação sobre parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?<br><i>Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei n. 14.133/21.</i> | Sim               | ETP v.4 (2205849)  |
| 6  | Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?<br><i>Art. 18, §2º, da Lei n. 14.133/21.</i>  | n/a               | ETP v.4 (2205849)  |
| 7  | Existe aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente?<br><i>Art. 1º, II, da Portaria CNJ n. 290/2022.</i>  | Sim               | Aprovação Documento de Dispensa/ Inexigibilidade (2211286)   |
| 8  | Há Análise de Riscos ou a justificativa para a sua ausência?<br><i>Art. 18, X e art. 72, I da Lei n. 14133/21.</i>   | Sim               | ETP v.4 (2205849)  |
| 9  | Há termo de referência ou de projeto básico?<br><i>Art. 72, I, da Lei n. 14.133/21.</i>  | Sim               | TR v.5 (2304544)   |
| 10   | O Termo de Referência adotou o modelo disponíveis no link <a href="#">Modelo de documentos para novas aquisições</a> ou houve justificativa para sua não utilização?<br><i>Art. 19, IV e § 2º, da Lei n. 14.133/21.</i>  | Sim               | TR v.5 (2304544)   |
| 11   | Existe aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente?<br><i>Art. 1º, II, da Portaria CNJ n. 290/2022.</i>  | Sim               | Autorização Dispensa/ Inexigibilidade de Licitação (2310994) |

|    |  |                                     |  |
|----|--|-------------------------------------|--|
| 12 | Consta justificativa do preço baseada em pesquisa elaborada conforme regulamento pertinente?<br><i>Art. 72, II e VII, e art. 23 da Lei n. 14.133/21.</i>   | Sim                                 | Despacho SECOM (2304564)                                     |
| 13 | Foi elaborado Mapa Comparativo de Preços?<br><i>Art. 40, I da Lei n. 14.133/2021.</i>  | Sim                                 | Mapa Comparativo de Preços v.3 (2304395)                     |
| 14 | A unidade demandante avaliou o Mapa Comparativo de Preços e atestou a compatibilidade do preço cotado com aquele praticado no mercado do ramo do objeto a ser contratado?  | Sim                                 | Despacho SESER (2304546)                                     |
| 15 | Em face do valor do objeto, haverá a participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas?<br><i>Art. 47, 48, I e 49, IV da LC 123/06, art. 6º do Decreto n. 8.538/15 e art. 34 da Lei n. 11.488/07.</i>   | Sim                                 | Despacho SECOM (2304564)                                     |
| 16 | Há justificativa para afastar a exclusividade de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas?   | n/a                                 | Despacho SECOM (2304564)                                     |
| 17 | Afastada a exclusividade, foram observadas normas que dispõem sobre a margem de preferência?<br><i>Art. 26 da Lei n. 14.133/2021 (aplica-se às contratações diretas) e Decreto n. 8.538/2015 e outros.</i>   | n/a                                 | Despacho SECOM (2304564)                                     |
| 18 | Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas?<br><i>Art. 150 da Lei n. 14.133/2021.</i>   | Sim                                 | Classificação da Despesa SCONT (2270879)                     |
| 19 | Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada?<br><i>Art. 72, IV, da Lei n. 14.133/2021</i>   | Sim                                 | Despacho SEPOR (2281830)<br>Despacho SESER (2278373)         |
| 20 | Há nos autos a demonstração de que o valor estimado da contratação pretendida respeitou os limites do artigo 75, II, considerando o somatório com objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro?<br><i>Art. 75, §1º, da Lei n. 14.133/2021.</i> | Sim                                 | Autorização Dispensa/ Inexigibilidade de Licitação (2310994) |
| 21 | Houve a substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço?<br><i>Art. 95 da Lei n. 14.133/2021.</i>  | Sim                                 | Autorização Dispensa/ Inexigibilidade de Licitação (2310994) |
| 22 | A sanção de multa prevista no TR adotou como base de cálculo o valor do instrumento substitutivo do contrato, para não correr o risco de a penalidade em concreto desrespeitar os limites legais definidos no art. 156, §3º, da Lei n. 14.133/2021?  | Sim, adotou a Ordem de Fornecimento | TR v.5 (2304544)   |
| 23 | A contratação será paga por meio de cartão de pagamento e com divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)?<br><br>Em caso negativo, houve justificativa para não adoção dessa forma de pagamento?<br><i>Art. 75, §4º, da Lei n. 14.133/2021.</i>                    | Não, porém há a justificativa       | Autorização Dispensa/ Inexigibilidade de Licitação (2310994) |

|  |   |     |   |
|--|---|-----|---|
| 24   | Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação expressamente na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021?   | Sim | Análise de Termo de Referência (2240022)<br>Despacho SESER (2304546)<br>Despacho SECOM (2304564)<br>Autorização Dispensa/Inexigibilidade de Licitação (2310994) |
| 25   | Foi adotada a Minuta de Aviso de Dispensa de Licitação confeccionada pela Assessoria Jurídica (arquivo SEI 2111625) e publicada no link <a href="#">Modelo de documentos para novas aquisições?</a>   | n/a | n/a   |
| 26   | A instrução da contratação por dispensa de licitação amolda-se plenamente à manifestação jurídica referencial (PARECER REFERENCIAL n. 7/2025 - AJU/DG/CNJ - arquivo SEI 1406180), aprovada pelo Diretor-Geral conforme Despacho DG 2258950?   | Sim | n/a   |
| <b>CONTRATAÇÃO SEM DIVULGAÇÃO DO AVISO DE DISPENSA</b> |   |     |   |
| 27   | Foi justificada a não divulgação de Aviso de Dispensa Eletrônica para obtenção de propostas adicionais de eventuais interessados em contratar com a Administração?<br><i>Art. 75, §3º, da Lei n. 14.133/2021.</i>   | Sim | Despacho SECOM (2304564)<br>Autorização Dispensa/Inexigibilidade de Licitação (2310994)   |
| 28   | Consta dos autos comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários?<br><i>Art. 72, V, da Lei 14133/2021.</i>   | Sim | Autorização Dispensa/Inexigibilidade de Licitação (2310994)   |
| 29   | Foram consultados SICAF, CADIN, CEIS, CNEP, lista de inidôneos do TCU e verificada eventual proibição para contratar com a Administração?<br><i>Art. 91, §4º, da Lei n. 14.133/2021.</i>  | Sim | Autorização Dispensa/Inexigibilidade de Licitação (2310994)   |
| 30   | Constam dos autos documentos que comprovem a regularidade da futura contratada junto à Fazenda Pública (Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal), INSS, FGTS, Justiça do Trabalho, bem como foi colhida declaração de cumprimento aos termos do art. 68, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021?<br><i>Art. 68, VI, e 91, §4º, da Lei n. 14.133/2021.</i> | Sim | Autorização Dispensa/Inexigibilidade de Licitação (2310994)   |
| 31   | Houve a autorização da contratação direta pela autoridade competente?<br><i>Art. 72, VIII, da Lei 14133/21.</i>   | Sim | Autorização Dispensa/Inexigibilidade de Licitação (2310994)   |



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES, SECRETÁRIO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, em 02/09/2025, às 14:43, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **2310669** e o código CRC **A254DE7F**.